

EDUCAÇÃO

Lula sanciona novo ensino integral com 1 mi de vagas

O presidente Lula (PT) sancionou, ontem, uma lei que cria o programa Escola em Tempo Integral. A previsão é fomentar um milhão de novas vagas na modalidade em escolas de educação básica ainda em 2023.

De acordo com o governo, o investimento para esta leva inicial será de R\$ 4 bilhões neste ano e no próximo. A meta é de alcançar cerca de 3,2 milhões de matrículas até 2026, da creche ao ensino médio.

"Estimular estados e municípios a investirem no ensino em tempo integral é a reafirmação do nosso compromisso de oferecer uma educação de qualidade para todos e todas", disse Lula.

A declaração ocorreu durante a sanção do projeto de lei que institui o Programa Escola em Tempo Integral, no Palácio do Planalto.

Em seu discurso, o petista ainda fez críticas às gestões dos governos nos últimos seis anos -Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL) - e defendeu que gastos com educação são investimento.

"A um orçamento cada vez menor, vieram se somar o desmonte de inúmeros programas educacionais, além da onda de ódio propagada pelas redes sociais. Ódio que se concretizou na

criminalização de professores e professoras, e até mesmo nos hediondos atentados nas escolas do país", disse ainda o petista.

O programa é destinado a estados e municípios, que devem se cadastrar junto ao MEC. Escolas consideradas de tempo integral são aquelas em que a permanência é de ao menos 7 horas diárias ou a 35 horas semanais em dois turnos, sem sobreposição entre eles.

A ampliação da carga horária de aulas é tida por especialistas e estudos como uma das principais estratégias para melhoria da educação. Mas a modalidade significa mais gastos para estados e municípios, que concentram as matrículas.

O projeto do governo Lula é que a União ajude as redes públicas de ensino na manutenção desses alunos em jornada estendida. Esse tipo de ajuda já foi realizada pelo governo federal, mas houve um esvaziamento do apoio durante o governo Bolsonaro.

Poderão ser beneficiadas com recursos federais todas as matrículas de tempo integral criadas a partir de 2023, mesmo aquelas anteriores à sanção da lei. O governo promete estabelecer diretrizes para a oferta do tempo integral que será fomentado, o que ainda não foi apresentado.

Tanto experiências de programas anteriores quanto estudos colecionados evidenciam de que, apesar da importância de alunos terem mais horas de estudo, o conteúdo que será abordado nesse período é imprescindível para um maior sucesso educacional.

O Brasil tem uma meta sobre esse tema na lei do PNE (Plano Nacional de Educação), de 2014. O país teria até 2024 para ter ao menos 25% das matrículas em tempo integral e metade das escolas com essa oferta.

O país alcançou em 2022 um total de 38,4 milhões de matrículas nas escolas públicas de educação básica.

O atendimento da meta do PNE é praticamente impossível no prazo. O novo programa do MEC, no entanto, prevê que as redes de ensino direcionem a criação de vagas nas etapas para a busca desses parâmetros.

As matrículas em tempo integral têm crescido, mas em um ritmo lento. O censo escolar de 2022 mostrou avanços, tanto no ensino fundamental quanto no médio.

No ensino médio, a rede pública chegou a 20,4% dos alunos com jornada estendida. Eram 12% em 2019.

Mas há distorções regionais. Pernambuco, por exemplo, tem

62,5% dos alunos de ensino médio em tempo integral, enquanto esse índice é de 4,4% no Paraná.

O ensino médio público é praticamente todo de responsabilidade dos governos estaduais.

Já no ensino fundamental, cujas escolas estão nas redes municipais e estaduais, o percentual de alunos em tempo integral é de 14,4%. Também no fundamental há grandes diferenças regionais.

No Amapá, somente 2,1% dos estudantes de ensino fundamental estão no tempo integral. Por outro lado, o Ceará já tem 41% dos estudantes com mais horas de aula.

Já na educação infantil, etapa que integra creche e pré-escola, a situação permanece estável nos últimos anos.

Nas creches municipais com administração direta pelo município, 57% das crianças estão em tempo integral, enquanto o percentual é de 92,8% nas unidades conveniadas ao poder público.

Na pré-escola, estão matriculadas em tempo integral 12,2% das crianças da rede municipal e 59,4% das crianças da rede privada conveniada.

A lei sancionada por Lula foi iniciativa do próprio governo. O projeto havia sido aprovado de forma definitiva pelo Congresso Nacional em 11 de julho.

EDUCAÇÃO

Governo Tarcísio muda cálculo de bônus para professores

O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou ontem nova regra para o cálculo de bônus dos cerca de 215 mil professores da rede estadual de São Paulo. A mudança vale para o pagamento da bonificação em 2024, referente ao ano letivo de 2023.

A bonificação vai ser calculada com base nos resultados do Ideb (Indicador de Desenvolvimento da Educação Básica), índice nacional, e não mais com o do Idesp (indicador estadual). Também será considerada a frequência dos alunos entre agosto e novembro.

A gestão estadual não detalhou como esse novo cálculo vai funcionar.

"Em São Paulo temos o Idesp, mas ele nos traz uma vi-

são muito interna. Se quisermos ter a melhor educação do Brasil precisamos nos comparar ao cenário nacional", explicou Renato Feder, secretário da Educação.

O sistema de bônus foi implementado na rede estadual em 2008 no governo José Serra (PSDB) e tornou-se uma bandeira das gestões tucanas em São Paulo, apesar de avaliações internas indicarem, por sucessivos anos, que o modelo não tem promovido melhorias sustentáveis.

Segundo a Secretaria de Educação, cada escola receberá duas metas, chamadas de "ouro" e "diamante" que representam o pagamento de cerca de um ou dois salários, respectivamente.

VIOLÊNCIA

Moradores de Guarujá relatam medo da polícia

Moradores da Vila Baiana, em Guarujá, relatam que ficaram sem sair de casa ontem por causa da operação policial que ocorre há quatro dias na Baixada Santista. Segundo eles, policiais militares gritam, durante as patrulhas nos muros, para que as pessoas não saiam às ruas.

A reportagem conversou com três moradores da comunidade, e todos pediram para não ter seus nomes divulgados por medo de represálias da polícia. Eles dizem que, após operações violentas no sábado e no domingo passados, resolveram não sair de casa no quarto dia de operação.

É na Vila Baiana que uma família relatou ter ocorrido a tortura de um vendedor ambulante, na noite de sexta-feira, na viela João Fernandes de Almeida. O corpo de Felipe Vieira Nunes, 30, foi encontrado pela família com queimaduras de cigarro no braço, um hematoma na cabeça e um corte no braço.

Moradores voltaram a ouvir tiros na favela por volta das 16h desta segunda-feira. Havia mais de 20 viaturas da Baep (Batalhão de Ações Especiais da PM) concentradas na comunidade.

Os comércios e escolas na comunidade ficaram abertos, mas estão com o movimento abaixo do normal, segundo uma moradora.

Policiais armados fizeram várias incursões na favela durante a tarde, principalmente em grupos a pé. Há também patrulhas motorizadas, com carros e motos, ao redor do morro.

Uma das reclamações de duas moradoras é que as viaturas entram na favela em alta velocidade ao lado de crianças que estão na rua, aumentando o risco de atropelamentos. Uma menina de 15 anos foi ofendida por um dos policiais, segundo duas pessoas ouvidas pela reportagem.

Ao ser confrontado pela mãe, ele teria respondido que nada aconteceria com ele se atrásse contra a menina com o fuzil.

A reportagem encontrou um efetivo policial menor na Vila Zilda, comunidade na qual foi baleado e morto o soldado Patrick Reis, da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar, um grupo de elite da polícia) na quinta-feira passada. Foi essa morte que deu início à operação na região.

ATENTADO

Diretor-geral da PF critica omissão do Exército por terrorismo de 8/1

O diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues, disse ontem que outras ações serão realizadas contra envolvidos nos ataques golpistas de 8 de janeiro. Em evento em São Paulo, ele também criticou o Exército pela atuação diante dos acampamentos bolsonaristas.

Segundo Andrei, a PF quis remover os acampamentos duas vezes, mas o Exército não permitiu. Ele afirmou ainda que houve "complacência de várias entidades e órgãos públicos de manutenção daqueles acampamentos".

O chefe da PF participou de

evento sobre os dez anos da Lei Anticorrupção promovido pela seção brasileira da entidade Transparência Internacional e a instituição de ensino Insper.

Segundo Andrei, o ato golpista "deveria ter sido evitado lá em dezembro", quando, afirma, a corporação tentou remover o acampamento e acabou impedida pelo Exército. "Quando nós fomos de novo, no dia 8 de janeiro lá, tinha tanque de guerra no meio da rua impedindo que a polícia entrasse para retirar aquelas pessoas do acampamento. Então, isso é uma sequência."

Ele lembrou ter atuado como

chefe da segurança feita pela PF a Lula (PT) na campanha eleitoral de 2022 e disse que "foram presas 30 pessoas que atentavam contra a integridade do então candidato".

O inquérito policial militar aberto para investigar os militares que deveriam ter protegido o Palácio do Planalto diante dos ataques golpistas de 8 de janeiro livrou as tropas de culpa e apontou "indícios de responsabilidade" da Secretaria de Segurança e Coordenação Presidencial, que integra a pasta do GSI (Gabinete de Segurança Institucional).

A apuração concluiu que, se

houvesse tido planejamento "adequado" no início do governo Lula seria possível ter evitado a invasão do palácio ou minimizado os estragos.

O relatório sigiloso, obtido pela Folha de S.Paulo, foi finalizado em 2 de março e recebeu uma complementação no dia 14 daquele mês.

O inquérito policial militar é uma investigação pré-processual elaborada pelos próprios militares para avaliar se há indícios de crime militar e quais os possíveis responsáveis. Feitosa nem sequer foi ouvido durante a apuração.

JOIAS SAUDITAS

Comissão de Ética abre processo contra ex-ministro de Bolsonaro

A Comissão de Ética Pública da Presidência da República abriu processo para investigar a conduta do ex-ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque no caso da suposta tentativa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) de liberar joias sauditas apreendidas sem declarar à Receita Federal.

A decisão foi unânime. Também foi instaurado procedimento contra o ex-secretário da Receita

Julio Vieira e o ex-chefe de gabinete adjunto de documentação Marcelo Vieira.

Agora, eles deverão prestar esclarecimentos ao colegiado. Ao final, eles podem sofrer a sanção de censura ética, que fica marcado no currículo perante o serviço público, mas não impede de assumir novos cargos.

À reportagem Bento Albuquerque afirmou que as joias seriam

presentes do governo da Arábia Saudita a Bolsonaro e à ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e comporiam o acervo histórico da Presidência.

O ex-titular de Minas e Energia afirmou ser praxe a troca de presentes em eventos internacionais envolvendo dois países. Como o ex-mandatário e esposa não compareceram, a comitiva trouxe as caixas dadas como presente pelo

governo saudita.

A Folha de S.Paulo mostrou que Bolsonaro se empenhou soalmente na liberação das joias retidas na Receita. O ex-presidente e o então chefe da Receita Federal Julio Cesar Vieira Gomes conversaram por telefone em dezembro sobre a liberação das joias apreendidas pela Arábia Saudita e apreendidas na alfândega do aeroporto de Guarulhos (SP).

GUARUJÁ

Polícia Militar de Tarcísio mata 7 em 42 horas

Policiais militares que participam da Operação Escudo, organizada pela gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) como resposta ao assassinato de um agente da Rota (tropa de elite da PM paulista) na noite de quinta-feira, mataram sete pessoas num intervalo de 42 horas em Guarujá, na Baixada Santista.

As mortes ocorreram entre a tarde de sexta-feira e a manhã de domingo passado.

Em domingo, os agentes

públicos afirmaram ter atirado 34 vezes. Foram 17 disparos de fuzil e 17 com pistolas. Apenas em três dos casos os policiais afirmaram que os suspeitos chegaram a atirar contra eles.

As ações se concentraram em pontos de vendas de drogas em bairros distantes das praias da cidade. A justificativa dada pelos policiais que participaram das ocorrências, a maioria da Rota, foi semelhante: reações a abordagens. Em todos os casos

foram apreendidos revólveres ou pistolas com os mortos.

Até a tarde de ontem, o governo computava oficialmente oito homicídios por intervenção policial. Uma delas, no entanto, não consta nos documentos aos quais a reportagem teve acesso.

No domingo passado, em sua página no Twitter, Tarcísio de Freitas comentou a prisão de três suspeitos de terem matado o policial da Rota. "Três envolvidos já estão presos", escreveu o

governador. "A justiça será feita. Nenhum ataque aos nossos policiais ficará impune", concluiu.

Em resposta à publicação do governador, o secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite, escreveu que "quem atentar contra nossos policiais terá a devida resposta". Nesta segunda, em entrevista sobre o episódio, declarou: "Nós reagimos com essa violência na mesma proporção com que eles atacam as polícias".

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Sociedade por Ações - Securitizadora S1 - CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 33ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
 Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 1ª Série da 33ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade por ações com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Professor Atílio Innocenti, nº 474, conjuntos 1009 e 1010, Vila Nova Conceição, CEP 04538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19 ("Titulares dos CRI", "Emissão" e "Securitized" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na Cláusula 13 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 1ª, 2ª e 3ª Séries da 33ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, celebrado em 09 de fevereiro de 2023 entre a Emissora e a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com filial na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, sala 132, parte, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), conforme aditado em 16 de fevereiro de 2023 ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em 1ª (primeira) convocação em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), a realizar-se no dia 21 de agosto de 2023, às 9:30 (nove e trinta) horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial, com a presença de qualquer número de Titulares dos CRI para fins de instalação, sendo que as deliberações na AGT poderão ser tomadas por representantes dos CRI que correspondam a 50% (cinquenta por cento) mais um dos Titulares dos CRI presentes na AGT. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste edital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a não declaração de vencimento antecipado dos CRI, em razão da ocorrência do Evento de Recuperação Compulsória previsto na cláusula 7.1, Item (i), de cada um dos Contratos de Cessão, caracterizada pela não observância do prazo para registro previsto na cláusula 3.2.1 do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Direitos de Superfície e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Direitos de Superfície"), qual seja, 45 (quarenta e cinco) dias contados da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Direitos de Superfície, referente aos competentes Cartórios de Registro de Imóveis do imóvel localizado no Município de Sacramento, Estado de Minas Gerais, objeto da matrícula de nº 22.098, registrada perante o Registro de Imóveis da Comarca de Sacramento/MG ("Imóvel 2") e do imóvel localizado no Município de Piumhi, Estado de Minas Gerais, objeto da matrícula de nº 1.534 registrada perante o Registro de Imóveis da Comarca de Piumhi/MG ("Imóvel 8"); (ii) Caso aprovado o item (i) da Ordem do Dia acima, autorizar a concessão de prazo adicional de 60 (sessenta) dias contados da data de realização da AGT para a conclusão do registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Direitos de Superfície, nos competentes Cartórios de Registro de Imóveis do Imóvel 2 e do Imóvel 8, salvo se forem formuladas exigências dos competentes Cartórios de Registro de Imóveis, sendo certo que, nesse caso, o prazo previsto poderá ser prorrogado uma vez por igual período mediante apresentação das exigências à Emissora das exigências apresentadas; e (iii) Alterar o público-alvo dos CRI da Segunda Série e da Terceira Série, ora Investidores Profissionais, para Investidores Qualificados; (iv) Alterar a taxa dos Juros Remuneratórios aplicável aos CRI da Segunda Série, ora 10,86% (dez inteiros e oitenta e seis centésimos por cento) ao ano, para 9,80% (nove inteiros e oitenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis; (v) Alterar a data de emissão dos CRI da Segunda Série, denominada por "Data de Emissão 2ª Série" no Termo de Securitização, de 10 de agosto de 2023 para 30 de agosto de 2023, e, consequentemente, alterar o cronograma de pagamentos constante do Anexo I do Termo de Securitização referente aos CRI da Segunda Série; (vi) Aprovar o aumento nas Despesas da Operação em razão da reestruturação da Oferta dos CRI da Segunda Série e, consequentemente, alterar as tabelas das despesas iniciais e recorrentes constantes no Anexo I de cada um dos Contratos de Cessão para refletir a modificação, sendo certo que as tabelas alteradas serão anexadas à ata da AGT; e (vii) Após a deliberação dos itens (i) a (vii) acima, autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a aditar todos os Documentos da Operação aplicáveis para a sua efetivação e implementação. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail contato@canalsecuritizadora.com.br, com cópia para o e-mail de assembleias@oliveiratrust.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI FORGREEN", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e, d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular dos CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhada a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Encontrar-se-á à disposição dos Srs. Titulares dos CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da (https://www.cvm.gov.br), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a realização da AGT para o dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação. São Paulo, 31 de julho de 2023. Amanda Regina Martins - Diretora de Securitização e de Distribuição